

CGI - TRANSMISSORA CAMPINA GRANDE IGARAÇU S.A.

CNPJ nº 27.965.298/0001-20

NIRE 35300563301

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2023**

DATA, HORA E LOCAL: No dia 10 de abril de 2023, às 10 horas, na sede da CGI - TRANSMISSORA CAMPINA GRANDE IGARAÇU S.A., na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, conjunto 304, bairro Jardim Paulistano, CEP: 01452-000 ("Companhia").

FORMA DE CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da única acionista detentora de 100% das ações representativas do capital social, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme assinaturas no Livro de Registro de Presença de Acionistas.

PUBLICAÇÕES: As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram devidamente publicadas no Sistema Público de Escrituração Digital ("Sped"), na Central de Balanços, em 10 de abril de 2023 e no website da Companhia.

MESA: Presidente: Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro; Secretária: Carolina Maria Rocha Freitas.

ORDEM DO DIA: Deliberar acerca das seguintes matérias: **(i)** tomar as contas da Administração, examinar, discutir e deliberar acerca da aprovação do balanço patrimonial, respectivas demonstrações de resultado e demais demonstrações financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** aprovar as contas da administração; **(iii)** destinação do resultado apurado no exercício social de 2022; e **(iv)** ratificar a aprovação do orçamento anual da Companhia para o exercício social de 2023.

DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia e dado início à discussão das matérias indicadas na Ordem do Dia, a acionista deliberou, sem ressalvas, o quanto segue:

- (i)** Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado e demais demonstrações financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (ii)** Aprovar a seguinte destinação do lucro líquido obtido pela Companhia, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, apurado no valor de R\$ 34.138.538,32 (trinta e quatro milhões, cento e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos): **(a)** 5% (cinco por cento) do lucro líquido, no valor de

R\$ 1.706.926,92 (um milhão, setecentos e seis mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos) será destinado à reserva legal; **(b)** 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, no valor de R\$ 8.107.902,85 (oito milhões, cento e sete mil, novecentos e dois reais e oitenta e cinco centavos), será destinado à título de dividendos mínimos obrigatórios; **(c)** o valor de R\$ 7.059.036,48 (sete milhões, cinquenta e nove mil, trinta e seis reais e quarenta e oito centavos) será destinado à reserva de retenção de lucros; e **(d)** o saldo restante, no valor de R\$ 17.264.672,07 (dezessete milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais e sete centavos) será realizado para a constituição de reserva de lucros a realizar.

- (iii)** Ratificar a aprovação do orçamento anual da Companhia para o exercício social de 2023, o qual foi rubricado pelos presentes e ficará arquivado na sede da Companhia.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. **Mesa:** Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro – Presidente; Carolina Maria Rocha Freitas – Secretária. **Acionista:** Apollo 17 Participações S.A., representada por Carolina Maria Rocha Freitas e Bruno Gonçalves Siqueira.

São Paulo, 10 de abril de 2023.

Mesa:

Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro
Presidente

Carolina Maria Rocha Freitas
Secretária

Acionista:

Apollo 17 Participações S.A.
Representada por Carolina Maria Rocha Freitas e Bruno Gonçalves Siqueira.

Este documento foi assinado digitalmente por Carolina Maria Rocha Freitas, Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Bruno Gonçalves Siqueira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fizisign.com.br> e utilize o código 4A4C-F7B1-BBDF-D28C.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP

JUCESP
09
14 ABR 2023
SEDE


SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP
perif
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

147.067/23-6



JUCESP

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/4A4C-F7B1-BBDF-D28C> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4A4C-F7B1-BBDF-D28C



Hash do Documento

Og6DRiXWNDiR0kF0Wb/LL2oL1kae40rftBRN5VrdOFA=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/04/2023 é(são) :

- CAROLINA MARIA ROCHA FREITAS (Signatário) - 091.556.577-37 em 10/04/2023 12:29 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro (Signatário) - 287.228.168-10 em 10/04/2023 12:28 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- BRUNO GONÇALVES SIQUEIRA (Signatário) - 075.851.006-39 em 10/04/2023 11:49 UTC-03:00
Nome no certificado: Bruno Goncalves Siqueira
Tipo: Certificado Digital





<u>PJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
965.298/0001-20	CGI - TRANSMISSORA CAMPINA GRANDE IGARACU S.A.	10/04/2023 10:20:01	CC2ACC799A9A8E9097D0DC50544B4E847ABE7716

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2022	31/12/2022	Não	Participante-Upload

Título
Demonstrações Financeiras Exercício 2022

Descrição
Demonstrações Financeiras Exercício 2022

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
CGI - TRANSMISSORA CAMPINA GRANDE IGARACU S.A.:2796529800C120	27.065.298/0001-20	10/04/2023 10:20:01	Participante	Certificado Digital

Demonstrações Financeiras

CGI - Transmissora Campina Grande Igaraçu S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapu S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeira	1
Demonstrações financeiras	
Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

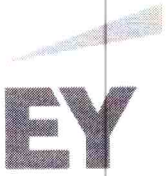
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O


Francisco F. A. Noronha Andrade
CRC-PE-026317/O

CGI - Transmissora Campina Grande Igarayu S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.924	2.655
Contas a receber	5	3.410	3.003
Tributos a recuperar		98	38
Ativo de concessão - contratual	6	37.311	34.336
Estoques		2.617	889
Outros ativos		91	336
Total do ativo circulante		54.451	41.257
Não circulante			
Caixa restrito	7	5.803	5.164
Tributos a recuperar		631	631
Ativo de concessão - contratual	6	295.258	280.862
Imobilizado líquido		215	229
Total ativo não circulante		301.907	286.886
Total do ativo		356.358	328.143
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	8	1.701	1.268
Empréstimos e financiamentos	9	11.364	13.102
Obrigações tributárias	10	3.047	3.065
Pis e Cofins diferidos	11	1.362	1.253
Dividendos a pagar		12.076	3.968
Taxas regulamentares		427	280
Outros passivos		3	7
		29.980	22.943
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	102.410	109.191
Obrigações tributárias	10	1.270	2.481
Pis e Cofins diferidos	11	10.777	10.252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	10.352	9.708
Taxas regulamentares diferidos	11	69	-
Outros passivos		11	11
		124.889	131.643
Patrimônio líquido	13		
Capital social		79.189	74.689
Reservas de lucros		122.300	98.868
Total do Patrimônio líquido		201.489	173.557
Total do passivo e do patrimônio líquido		356.358	328.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Líquida			
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	14	47.294	61.476
Receita de operação e manutenção, líquida	14	<u>3.967</u>	<u>2.607</u>
		<u>51.261</u>	<u>64.083</u>
Custo			
Custos dos serviços prestados	15	<u>(4.011)</u>	<u>(3.824)</u>
Lucro Bruto		<u>47.250</u>	<u>60.259</u>
Despesas Operacionais			
Gerais e administrativas		(213)	(177)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>418</u>	<u>90</u>
Resultado Operacional antes das Receitas Financeiras		<u>47.455</u>	<u>60.172</u>
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		995	465
Despesas financeiras		<u>(12.270)</u>	<u>(17.795)</u>
		<u>(11.275)</u>	<u>(17.330)</u>
Prejuízo/lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>36.180</u>	<u>42.842</u>
Impostos de renda e contribuição social	17		
Corrente		(1.396)	(1.177)
Diferido		<u>(644)</u>	<u>(1.006)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>34.140</u>	<u>40.659</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaráçu S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	34.140	40.659
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>34.140</u>	<u>40.659</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGL - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva retenção de lucro	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	73.689	3.817	-	54.392	-	131.898
Integralização de capital	1.000	-	-	-	-	1.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.659	40.659
Constituição reserva legal	-	2.033	-	-	(2.033)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	38.626	-	(38.626)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	74.689	5.850	38.626	54.392	-	173.557
Integralização de capital	4.500	-	-	-	-	4.500
Dividendos distribuídos	-	-	(2.600)	-	-	(2.600)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.140	34.140
Constituição reserva legal	-	1.707	-	-	(1.707)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(8.108)	(8.108)
Constituição de reserva retenção de lucro	-	-	-	7.059	(7.059)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	17.266	-	(17.266)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	79.189	7.557	53.397	61.451	-	201.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaracu S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	34.140	40.659
Ajustes de:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.037	11.358
Amortização dos custos dos empréstimos	294	258
Rendimento de aplicações financeiras (restritas)	(639)	(218)
Depreciação e amortização	14	4
Tributos diferidos	1.347	2.199
Variações no capital circulante		
Contas a receber	(407)	(88)
Tributos a recuperar	(60)	(669)
Ativo contratual de concessão	(17.371)	(32.663)
Demais ativos	(1.483)	(999)
Fornecedores	433	(1.759)
Obrigações tributárias e trabalhistas	(138)	(208)
Demais passivos	143	153
Caixa gerado pelas nas operações	<u>26.310</u>	<u>18.027</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.091)	(1.693)
Dividendos pagos	(2.600)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>22.619</u>	<u>16.334</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa restrito	-	31
Aquisição de ativo imobilizado	-	(211)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(180)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos	(7.278)	(6.671)
Pagamento dos juros dos empréstimos	(11.572)	(11.505)
Pagamento dos custos de transação	-	(891)
Integralização de capital	4.500	1.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(14.350)</u>	<u>(18.067)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.269</u>	<u>(1.913)</u>
Caixa no início do exercício	2.655	4.568
Caixa no final do exercício	10.924	2.655
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.269</u>	<u>(1.913)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A. (a seguir designada “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, tendo iniciado suas operações em abril de 2020. Em 09 de novembro de 2020 foi adquirida pela Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

A Companhia tem por objeto social a transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção da instalação de transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos, referente ao lote 23, objeto de leilão 05/2016 da ANEEL, composto pela instalação localizada nos estados da Paraíba e de Pernambuco: LT 500 kV Campina Grande III - Pau Ferro, com 136 km, nos termos do Contrato de Concessão a ser celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“Contrato de Concessão”) em 11 de agosto de 2017 e do Edital do Leilão ANEEL nº 05/2016 até agosto de 2047.

Em 08 de junho de 2021, a Apollo 17 Participações S/A passou a ser controladora da Companhia, por meio da incorporação total das ações da Companhia.

A Companhia tem o direito a receber pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida - RAP de R\$37.133 (sem atualização) a partir da data de disponibilidade de operação comercial das instalações de transmissão, nos termos do contrato de concessão. O valor de receita é atualizado anualmente, a partir do mês de julho de cada ano pelo IPCA, sendo o primeiro reajuste, na data de referência em 07 de outubro de 2016, conforme metodologia de cálculo e índices previstos no contrato de concessão.

1.1. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020 a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A Companhia não identificou nenhum impacto relevante econômico-financeiro e contábil em suas demonstrações financeiras do exercício findo 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que alterasse essa situação.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaráçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e concluíram que as mesmas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 27 de março de 2023.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

CGI - Transmissora Campina Grande Igaraçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.4. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.5. Bases e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2023.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação

Ativo de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo de contrato.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, ambos baseados nos gastos incorridos. A receita de infraestrutura é acrescida a margem de construção.

A parcela do ativo de contrato indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade do projeto, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativas sobre investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela obrigação de performance de operar e manter, e dos custos incorridos.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, são reconhecidos:

(a) a receita de implementação de infraestrutura é determinada com base nos gastos incorridos e acrescida pela margem de construção reconhecida no leilão, e (b) os respectivos custos e encargos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados.

a) Contabilização de contratos de concessão

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelos valores dos custos incorridos no primeiro ano de operação, com base nos valores estimados no momento do leilão, acrescida da margem de operação. Posteriormente, a receita sofrerá alteração em função da inflação, à medida em que ocorrerá a prestação de serviços, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registrados ativos e passivos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

c) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. Nas datas bases de encerramento dos exercícios sociais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem provisões para demandas judiciais e ou contingências passivas relevantes.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. As

receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS e margem de construção ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra em contrapartida ao ativo contratual de concessão e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento do leilão e não sofre alterações posteriores.

b) Remuneração dos ativos de contratos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera os riscos e prêmios específicos do empreendimento. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada na data de leilão da concessão. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre o montante a receber dos fluxos futuros de recebimento de caixa e foi definida em 8,85% a.a.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.2. Reconhecimento de receita - Continuação

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão

Refere-se a correção reconhecida com base no índice de correção definido para cada contrato de concessão assinado com o Poder Concedente, a partir da entrada em operação do empreendimento.

d) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.3. Tributos diferidos

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Em 2022 e 2021, a Companhia optou pelo lucro presumido para apuração dos impostos, onde a provisão para imposto de renda foi constituída à base de cálculo de 8% e alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à base de cálculo de 12% e alíquota de 9% sobre o faturamento.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais corrente.

PIS e COFINS diferidos

O cálculo do PIS e da COFINS diferidos é efetuado sobre as receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão e correção monetária apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil utilizando as alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 define um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (impairment) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.4. Instrumentos financeiros - Continuação

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos - a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.5. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) – um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável.

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas (impairment) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.5. Redução ao valor recuperável (impairment) - Continuação

b) Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas (impairment) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

3.6. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Nas datas bases de encerramento dos exercícios sociais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem provisões para demandas judiciais e ou contingências passivas relevantes

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.8. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2022 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto nas suas demonstrações financeiras.

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1), decorrentes das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:
 - IAS 37 - Contrato Oneroso - custos de cumprimentos de contrato;
 - CPC 27 - Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido;
 - CPC 15 (R1) - Referência à Estrutura conceitual.

3.9. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	5	5
Bancos	98	240
Aplicações financeiras	10.821	2.410
	<u>10.924</u>	<u>2.655</u>

As aplicações correspondem a fundos de investimento em renda fixa, sendo aplicações automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 80% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (103,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

5. Contas a Receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber de concessionários e permissionários	<u>3.410</u>	<u>3.003</u>
Total	<u>3.410</u>	<u>3.003</u>

Os valores em aberto, referem-se ao faturamento da receita anual permitida (RAP) de novembro e dezembro de 2022, os quais serão recebidos R\$ 3.000 em janeiro e R\$ 410 em fevereiro de 2023, não havendo histórico de perdas no recebimento de tais valores.

A Administração avalia as perdas esperadas nas contas a receber no momento do registro da receita e na data do balanço. Nenhuma provisão para perda foi considerada necessária e desta forma não foi registrada nenhuma provisão para *impairment* das contas a receber.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativo contratual de concessão

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	315.198	282.535
Receita de remuneração do ativo de concessão	49.083	62.729
Receita de operação e manutenção	4.675	4.251
Realização ativo contratual	<u>(36.387)</u>	<u>(34.317)</u>
Total	<u>332.569</u>	<u>315.198</u>
Circulante	37.311	34.336
Não circulante	295.258	280.862

7. Caixa restrito

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicação financeira - BNB (i)	5.803	5.164
	<u>5.803</u>	<u>5.164</u>

(i) Conta vinculada ao saldo de empréstimo e financiamento com BNB, mantido até o final do contrato em agosto de 2038.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de materiais e serviços ^(a)	1.701	1.268
	1.701	1.268

^(a) Prestadores de serviços vinculados a despesas com O&M

9. Empréstimos e financiamentos

A Companhia firmou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste S.A., firmado em julho de 2018 com vencimento em agosto de 2038:

Instituições financeiras	Indexador	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Nordeste (i)	2,3984% a.a. + IPCA (i)	118.400	127.213
Custos de transação (ii)	-	(4.626)	(4.920)
Total dos empréstimos		113.774	122.293
Circulante		11.364	13.102
Não circulante		102.410	109.191

(i) Para o cálculo dos encargos financeiros incide sobre a dívida a TFC - Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais, cuja fórmula está descrita no contrato de empréstimo, considerando um fator de atualização monetária derivado da variação do IPCA e juros básicos fixos à taxa de 2,3984% a.a.

(ii) Refere-se a gastos com custos incrementais que são vinculados a liberação do empréstimo junto ao Banco do Nordeste, os quais são amortizados pelo prazo do contrato de empréstimo.

O contrato de financiamento tem vencimento até 15 de agosto de 2038 e tem como garantias o saldo do caixa restrito (nota 6) e as próprias ações da Companhia.

A Companhia não identificou cláusulas restritivas do contrato de financiamentos em default em 31 de dezembro de 2022.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures composição é apresentada como segue:

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Movimentação de empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	122.293	129.744
Pagamentos Principal	(7.278)	(6.671)
Pagamentos Juros	(11.572)	(11.505)
Juros incorridos	10.037	11.358
Custos de transação incorridos	-	(891)
Amortização custo	294	258
Saldo final	113.774	122.293

Cronograma de amortização do passivo não circulante:

Instituição	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Empréstimo - Banco Nordeste	7.278	7.278	7.278	7.278	7.278	66.020	102.410
Total por Dívida	7.278	7.278	7.278	7.278	7.278	66.020	102.410

10. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
ICMS ^(a)	2.452	3.880
ISS sobre notas fiscais	976	995
INSS sobre notas fiscais	290	290
Retenções	37	35
Outras obrigações tributárias	562	346
Total	4.317	5.546
Circulante	3.047	3.065
Não Circulante	1.270	2.481

(a) Parcelamento ICMS da secretaria de estado da fazenda (SEFAZ) da Paraíba do montante R\$5.510 com juros e multa de mora em 60 vezes, com início do pagamento em 29 de outubro de 2019.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos diferidos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS diferidos	12.139	11.505
IRPJ e CSLL diferidos	10.352	9.708
TFSEE diferidos	69	-
Total	22.560	21.213
Circulante	1.362	1.253
Não circulante	21.198	19.960

O cálculo do PIS e da COFINS diferidos é efetuado sobre as receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão e correção monetária apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil que será amortizado até o final do prazo da concessão.

12. Transações com partes relacionadas

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2021, os membros da diretoria não são remunerados. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 123.689 sendo o montante de R\$79.189 integralizado até 31 de dezembro de 2022 (R\$74.689 até 31 de dezembro de 2021)

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentada abaixo:

Acionista	Quantidade de ações
Apollo 17 Participações S/A.	123.689.337
Total	123.689.337

13. Patrimônio líquido--Continuação

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Reserva de retenção de lucros

Essa reserva se refere a saldo de lucros retidos o qual será objeto de aprovação em assembleia geral.

d) Reserva de lucros a realizar

Foi alocado de reservas de lucros para reserva de lucros a realizar o montante total de R\$ 53.397, sendo que R\$ 17.266 foi constituído no exercício de 2022. Essa parcela se refere ao ativo e passivo com prazos de realização financeira que ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeiras dos saldos de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

e) Destinação do Resultado

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	34.140	40.659
(-) Reserva legal (5%)	(1.707)	(2.033)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(8.108)	-
(-) Reserva de retenção de lucros	(7.059)	-
(-) Reserva de lucros a realizar	(17.266)	(38.626)
	<u>-</u>	<u>-</u>

CGI - Transmissora Campina Grande Igarçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta		
Receita de remuneração dos ativos de concessão	49.083	62.729
Receita de operação de manutenção	4.675	4.251
Total da receita bruta	53.758	66.980
Tributos sobre a receita		
PIS	(349)	(429)
COFINS	(1.611)	(1.981)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(97)	(131)
Ministério de Minas e Energia – MME	(69)	(66)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico – FNDCT	(138)	(131)
Taxa de fiscalização Serviços Energia – TFSEE	(192)	(159)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(41)	-
	(2.497)	(2.897)
Receita operacional líquida	51.261	64.083

14.1. Margens das obrigações por performance

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operação e manutenção	4.675	4.251
Custo de operação e manutenção	(4.011)	(3.824)
Margem - R\$	664	427
Margem - %	14,20%	10,04%

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Custos dos serviços prestados

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Custo de operação e manutenção	(4.011)	(3.824)
	(4.011)	(3.824)

Descrição	2022	2021
Serviços de terceiros	(3.642)	(3.526)
Seguros em geral	(189)	(172)
Materiais diversos	(13)	(2)
Doações e Contribuições e subvenções	(153)	-
Depreciação de imobilizados	(14)	(1)
Pessoal	-	(123)
	(4.011)	(3.824)

16. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Variações Monetárias	59	228
Rendimento - aplicação financeira	933	233
Outros	3	4
Subtotal	995	465
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.036)	(11.358)
Amortização dos custos de transação	(294)	(258)
IOF	(19)	(13)
Juros e multas passivas	(36)	(4.807)
Despesas bancárias (*)	(1.461)	(1.102)
Outras despesas financeiras	(424)	(257)
Subtotal	(12.270)	(17.795)
Total	(11.275)	(17.330)

(*) R\$1.370 referente a fiança bancária com banco BNB.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social

17.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de remuneração dos ativos de concessão	49.083	62.729
Receita de operação de manutenção	4.675	4.251
Receita de Transmissão de energia faturada, mas não recebida	3.588	-
(-) Realização ativo contratual de concessão	(36.387)	(34.317)
Lucro presumido base IRPJ (8%)	<u>1.677</u>	<u>2.613</u>
IRPJ diferido (25%)	<u>(418)</u>	<u>(653)</u>
Lucro presumido base CSLL (12%)	2.515	3.920
CSLL diferido (9%)	<u>(226)</u>	<u>(353)</u>
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(644)</u>	<u>(1.006)</u>

A alíquota média efetiva de tributos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 3,07% (em 2021 3,08%). Conforme mencionado na nota 3, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

17.1.1. Movimentação imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial de IRPJ e CSLL diferidos	<u>9.708</u>	<u>8.702</u>
Realização de IRPJ e CSLL diferidos	(1.396)	(1.177)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	2.040	2.183
Saldo final de IRPJ e CSLL diferido	<u>10.352</u>	<u>9.708</u>

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.1.2. Movimentação imposto de renda e contribuição social corrente

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de Transmissão de energia	32.799	34.317
Receitas Financeiras	933	424
Outras receitas	272	-
Lucro presumido base IRPJ (8%)	3.829	3.169
IRPJ corrente (25%)	(933)	(768)
Lucro presumido base CSLL (12%)	5.141	4.542
CSLL corrente (9%)	(463)	(409)
IRPJ e CSLL corrente	(1.396)	(1.177)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e contas a receber. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos, financiamentos e fornecedores.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--continuação

Instrumentos financeiros--continuação

	31/12/2022		31/12/2021		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa	103	103	245	245	Valor justo por meio do resultado	2
Aplicações financeiras	10.821	10.821	2.410	2.410	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber	3.410	3.410	3.003	3.003	Custo amortizado	-
Caixa restrito	5.803	5.803	5.164	5.164	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	113.774	113.774	122.293	122.293	Custo amortizado	-
Fornecedores	1.701	1.701	1.268	1.268	Custo amortizado	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

i) *Riscos de crédito*

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos-- continuação

Gestão de capital--continuação

ii) *Risco de preço*

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.

iii) *Riscos de liquidez*

A principal fonte de caixa é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

iv) *Risco de taxa de juros*

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia a mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil de fevereiro de 2023, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--continuação

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras--continuação

Aplicações financeiras (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2022	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
				Risco de Redução		Risco de Aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras	CDI	80,0%	10.821	595	893	1.488	1.785
Caixa restrito	CDI	80,0%	5.803	319	479	798	957
Total			16.624	914	1.372	2.286	2.742

Aplicações financeiras (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
				Risco de Redução		Risco de Aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras	CDI	98,5%	2.410	141	211	352	423
Caixa restrito	CDI	98,5%	5.164	302	453	755	906
Total			7.574	443	664	1.107	1.329

CGI - Transmissora Campina Grande Igarauçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--continuação

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia, o CDI projetado foi obtido por meio de dados extraídos do site do BACEN; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Contas a pagar (em milhares de R\$)	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 31.12.2022	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	2,4%	113.774	8.497	4.249	6.373	10.621	12.746
Total			113.774	8.497	4.249	6.373	10.621	12.746

Contas a pagar (em milhares de R\$)	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 31.12.2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	2,4%	122.293	8.673	4.337	6.505	10.842	13.010
Total			122.293	8.673	4.337	6.505	10.842	13.010

CGI - Transmissora Campina Grande Igarapé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim compostos:

31/12/2022			
	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Responsabilidade civil	R\$ 15.000.000,00	R\$ 27.159,89	27/05/2022 até 27/05/2023
Risco Operacional	R\$ 30.000.000,00	R\$ 147.511,93	27/05/2022 até 27/05/2023

31/12/2021			
	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Responsabilidade civil	R\$ 15.000.000,00	R\$ 18.416,76	27/05/2021 até 27/05/2022
Risco Operacional	R\$ 140.952.443,42	R\$ 197.793,08	22/06/2021 até 27/05/2022

20. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

Descrição	31.12.2021	Fluxo de Caixa	Movimentação não caixa		31.12.2022
			amortização custo	Juros	
Empréstimos e financiamentos	122.293	(18.850)	294	10.037	113.774

21. Eventos Subsequentes

Distribuição de Dividendos

Em 17 de janeiro de 2023, a acionista da Companhia deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ 150 (cento e cinquenta mil reais) à conta de reservas de lucros existentes em 31 de dezembro de 2021, tendo sido pago em 19 de janeiro de 2023 para a Apollo 17 Participações S.A.

Em 28 de fevereiro de 2023 foi pago o valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais) para o Fundo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participação referente ao saldo de dividendos a pagar constituído em 2020.